ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

A CASA PRÓPRIA COMO BENÇÃO E A CIDADE COMO UTOPIA: uma análise a partir da percepção dos moradores do Programa Minha Casa Minha Vida (Faixa 1)

Carlos Henrique Costa Marques[1]

Marcus Vinicius Mariano de Souza[2]

MARQUES, Carlos Henrique Costa; SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. A CASA PRÓPRIA COMO BENÇÃO E A CIDADE COMO UTOPIA: uma análise a partir da percepção dos moradores do Programa Minha Casa Minha Vida (Faixa 1). **Espaço em Revista**, Catalão, v. 27, n. 2, p. 282–304, 2025. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v27i2.75092 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/75092

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 22/07/2025 | **Aceito:** 22/12/2025 | **Publicado**: 16/01/2026

Resumo: O presente trabalho investiga a execução do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Marabá (PA), com foco nos empreendimentos da Faixa 1. Analisa como o PMCMV, principal iniciativa habitacional do país, enfrenta o déficit de moradias e afeta diretamente seus beneficiários. Essa influência é observada por meio da comparação das opiniões dos moradores de empreendimentos do programa em diferentes cidades brasileiras, revelando tanto padrões recorrentes quanto especificidades regionais. Também são considerados o processo de urbanização no Brasil, a relação entre capital e desenvolvimento urbano, e os mecanismos de segregação socioespacial. O estudo revisa políticas habitacionais ao longo da história e seus efeitos, e desenvolve um estudo de caso em Marabá com base em entrevistas qualitativas, que evidenciam questões como a localização periférica dos conjuntos e a precariedade da infraestrutura. Conclui-se que, apesar de o programa contribuir para a redução do déficit habitacional, sua orientação pelo mercado reforça a segregação, apontando a necessidade de políticas mais articuladas ao planejamento urbano e à participação social para assegurar uma moradia verdadeiramente integrada e digna.

Palavras-chave: Habitação social; Inserção urbana; Marabá; Cidades Médias; Fragmentação socioespacial.

OWNING YOUR HOME AS A BLESSING AND THE CITY AS A UTOPIA: an analysis based on the perception of residents of the Minha Casa Minha Vida Program (Range 1)

Abstract: This study investigates the implementation of the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV) in Marabá (PA), focusing on developments under Income Range 1. It examines how the PMCMV, Brazil's main housing program, addresses the housing deficit and impacts its beneficiaries. The analysis is based on a simple comparison of residents' opinions in PMCMV developments across different Brazilian cities, identifying both common problems and regional specificities. The research also includes a brief overview of urbanization in Brazil, the relationship between capital and urban

[1]Mestre no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, Pará (PA), Brasil.
e-mail: carloshenrique@unifesspa.edu.br
[2]Professor Doutor na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, Pará (PA), Brasil. e-mail: marcussouza@unifesspa.edu.br

development, and socio-spatial segregation. It reviews historical housing policies and their effects, and conducts a case study in Marabá using qualitative interviews. Key issues identified include peripheral location and lack of infrastructure. The study concludes that, although the PMCMV helps reduce the housing deficit, its market-driven logic reinforces segregation, highlighting the need for more integrated and participatory housing policies to ensure dignified housing that is well integrated into the urban fabric.

Keywords: Social housing; Urban insertion; Marabá; Medium-sized cities; Socio-spatial fragmentation

Introdução

Este trabalho aborda o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), principal política habitacional do Brasil neste século, objetivando analisar a execução do referido programa no município de Marabá (PA), com enfoque na Faixa 1, avaliando sua capacidade de reduzir o déficit habitacional, e também o grau de satisfação dos moradores, considerando não apenas o benefício aparente de fornecer moradia para famílias de baixa renda, mas também a forma e a lógica de construção dos residenciais, e, principalmente a percepção dos beneficiários sobre os imóveis e sua integração com o restante da cidade

Quanto à metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, inicialmente foi realizada uma revisão criteriosa da bibliografia especializada, com fito de expor o contexto social e político que culminou com a execução do PMCMV. Essa contextualização é necessária para melhor compreensão do processo de urbanização no Brasil e a sua relação com a expansão do capital no espaço urbano.

Posteriormente foram analisados dados coletados em entrevistas realizadas com moradores dos residenciais construídos com recursos do PMCMV, alinhando-se à abordagem qualitativa da pesquisa, conforme defendido por Góes et al. (2022), que ressaltam a relevância das entrevistas como instrumento metodológico para a compreensão de dinâmicas sociais. A escolha das entrevistas como procedimento metodológico para este trabalho se justifica por conta das relações interpessoais e intersubjetivas, entre entrevistados e entrevistadores, que permite uma interação que busca produzir um conhecimento mais próximo das vivências e representações dos entrevistados (Góes et al., 2022).

As entrevistas foram realizadas durante o desenvolvimento do projeto FRAGURB [3] (ao qual

[3] Projeto "Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos" – financiado pela FAPESP, na modalidade Projeto Temático.

esta pesquisa está vinculada), abrangeram sete municípios de diferentes regiões do país, selecionados por apresentarem características semelhantes — cidades médias, com relevância socioeconômica e elevado déficit habitacional decorrente de dinâmicas de desenvolvimento diversas.

Segundo Sposito (2018), as entrevistas foram "precedidas da elaboração de um roteiro semiestruturado utilizado para orientar as perguntas, organizadas em blocos temáticos que sempre se iniciam com um perfil do entrevistado que não inclui sua identificação".

Ao todo foram realizadas 168 entrevistas nos municípios de Chapecó (SC), Dourados (MS), Ituiutaba (MG), Marabá (PA), Maringá (PR), Mossoró (RN), Presidente Prudente (SP) e Ribeirão Preto (SP), sendo 50 delas especificamente com moradores de residenciais da Faixa 1 do PMCMV. Através dessas entrevistas, realizadas em diferentes regiões do país, foi possível realizar uma análise comparativa dos empreendimentos, identificando padrões de satisfação, problemas comuns (como a falta de infraestrutura) e especificidades locais, contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos efeitos do programa em diversos contextos urbanos.

Tabela 1 – Entrevistas realizadas nas cidades estudadas no projeto FragUrb (Total e Específicas do PMCMV)

	UF	CIDADES	TOTAL DE ENTREVISTADOS	FAIXA- 1 MCMV
1	SC	Chapecó	23	6
2	MS	Dourados	21	10
3	MG	Ituiutaba	17	7
4	PA	Marabá	13	5
5	PR	Maringá	19	2
6	RN	Mossoró	25	12
7	SP	Presidente Prudente	25	3
8	SP	Ribeirão Preto	25	5
TOTAL			168	50

Organização: Autor (2024)

A utilização de entrevistas permitiu captar com maior precisão a percepção dos moradores beneficiários do programa habitacional, possibilitando a análise de suas vivências, experiências, opiniões e expectativas. A observação desses dados qualitativos ofereceu um panorama detalhado das condições de vida, da infraestrutura disponível e do grau de satisfação dos residentes, contribuindo para uma leitura mais consistente do impacto social do programa. Tais informações poderão ser úteis para melhor desenvolvimento de novos empreendimentos financiados com recurso do PMCMV, por considerar também a perspectiva dos beneficiários.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, o presente texto está organizado em cinco partes. Primeiramente, é apresentada uma contextualização do processo de urbanização no Brasil, destacando a relação entre a expansão do capital e as políticas públicas e como essa dinâmica contribuiu para a disseminação das desigualdades no espaço urbano, resultando no atual déficit habitacional. Num segundo momento, tais relações são espacialmente referenciadas no contexto amazônico.

Em seguido, o texto apresenta uma visita ao histórico das políticas habitacionais no país, abordando sua execução descontínua e influenciada por tendências ideológicas diferentes, e explora o contexto específico da produção de habitação social em Marabá, até chegarmos ao PMCMV, já na quarta parte.

Por fim, são discutidas as entrevistas realizadas em diferentes cidades brasileiras e cotejadas com a realidade apresentada em Marabá, a partir da análise das falas dos moradores do PMCMV, em são evidenciadas as relações de satisfação pessoal, com a "benção" pela casa própria mas, também, as diversas dificuldades apresentadas pela precariedade da inserção urbana.

A formação do espaço urbano dentro do Capitalismo

Ao longo da história, o ambiente urbano tornou-se o espaço onde habitamos, circulamos, trabalhamos, estabelecemos relações sociais e realizamos trocas econômicas e culturais. É nas cidades que nascemos e morremos. O espaço urbano reproduz e expõe as estruturas, contradições e desigualdades da sociedade. Conforme Marques de Oliveira (2011, p. 2), "o espaço (urbano) é, portanto, produto e condição para a reprodução das relações sociais".

Segundo Lefebvre (2011), a cidade antecede a industrialização. Ele identifica diferentes tipos de cidades anteriores a esse processo, mas aponta que é com a industrialização que elas passam a assumir a forma que conhecemos hoje. Para o autor, as cidades "são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras", e afirma ainda que "a própria cidade é uma obra" (Lefebvre, 2011, p. 12). Essa obra urbana, enquanto produção humana, passa a desempenhar um papel central na absorção do capital excedente em busca de novos espaços de valorização.

Ermínia Maricato (2015), com entendimento semelhante ao de Lefebvre sobre as

cidades, afirma que sua existência é anterior ao capitalismo, mas que, com o avanço desse sistema, as cidades se transformaram a tal ponto que é impossível pensá-lo sem elas. A autora destaca ainda que o processo de urbanização acompanha as diferentes fases do capitalismo.

No capitalismo, o espaço urbano passa a ser tratado como uma mercadoria especial (Marques de Oliveira, 2011), sendo planejado e organizado para atender aos interesses do capital. Com a expansão das cidades e do próprio sistema, a qualidade de vida urbana e a cidade em si também se tornam mercadorias (Harvey, 2005). Áreas próximas a centros econômicos e de serviços ganham mais valor, enquanto populações de baixa renda são empurradas para regiões periféricas, com menor acesso a equipamentos públicos.

Esse modelo de urbanização, fundamentado na concepção do espaço urbano como mercadoria, intensifica desigualdades preexistentes. O capital passa a moldar a cidade segundo interesses hegemônicos, produzindo novas contradições no território urbano (Maricato, 2015). Esses efeitos se expressam na ampliação da segregação espacial e na exclusão de parcelas significativas da população do acesso à moradia digna e ao próprio direito à cidade. Enquanto isso, áreas valorizadas concentram infraestrutura, serviços e oportunidades, tornando-se inacessíveis para grande parte dos habitantes.

A urbanização capitalista consolida-se, assim, como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais. Para Harvey (2008), esse processo deve ser compreendido como um fenômeno de classe: o excedente é extraído de determinados grupos e territórios, e o controle sobre sua circulação e destino permanece concentrado nas mãos de poucos.

Na sequência, as relações anteriormente apresentadas são espacialmente referenciadas na realidade da Amazônia, contexto no qual se insere a cidade de Marabá.

O início do processo de urbanização brasileira e um olhar para o processo de urbanização na Amazônia

O processo de urbanização está estreitamente relacionado à dinâmica do capitalismo. Para compreender como esse fenômeno se desenvolveu no Brasil, país com pouco mais de 525 anos de história, é necessário examinar os fatores que influenciaram o ritmo da urbanização e de que maneira ele acompanhou as transformações sociais e econômicas ocorridas ao longo do tempo.

Ermínia Maricato (2021) afirma que o processo de urbanização brasileiro passou a se intensificar a partir da primeira metade do século XX, acompanhando as transformações sociais

e, sobretudo, econômicas.

ocorreu o que Florestan Fernandes denomina a revolução burguesa no Brasil. O Estado passa então a investir decididamente em infraestrutura para o desenvolvimento industrial visando a substituição de importações. A burguesia industrial assume a hegemonia política na sociedade sem que se verificasse uma ruptura com os interesses hegemônicos estabelecidos (Maricato, (2021, p. 17)

A início da industrialização brasileira ocorrida na década de 30, impulsionou o processo de expansão das principais cidades brasileiras, um fator determinante para essa expansão foi a migração do campo para as cidades, fenômeno que já existia, mas aumentou consideravelmente nesse período, intensificando e consolidando o processo de urbanização. Esse fluxo migratório foi motivado principalmente pela necessidade de atrair e acomodar mão-de-obra disponível para a indústria nascente (Maricato, 2021).

> A economia manteve seu epicentro no setor agrário exportador até 1930, quando ocorreu o que Florestan Fernandes denomina a revolução burguesa no Brasil. O Estado passa então a investir decididamente em infraestrutura para o desenvolvimento industrial visando a substituição de importações. A burguesia industrial assume a hegemonia política na sociedade sem que se verificasse uma ruptura com os interesses hegemônicos estabelecidos (Maricato, (2021, p. 17).

A início da industrialização brasileira ocorrida na década de 30, impulsionou o processo de expansão das principais cidades brasileiras, um fator determinante para essa expansão foi a migração do campo para as cidades, fenômeno que já existia, mas aumentou consideravelmente nesse período, intensificando e consolidando o processo de urbanização. Esse fluxo migratório foi motivado principalmente pela necessidade de atrair e acomodar mão-de-obra disponível para a indústria nascente (Maricato, 2021).

Para Cardoso et al. (2022, p. 60):

> [...]A intensificação do processo de urbanização, ocorrida a partir das primeiras décadas do século passado, manteve a população pobre excluída da produção imobiliária de mercado e sem políticas efetivas de provisão habitacional, fazendo com que tivesse que recorrer a processos informais de produção, quase sempre em áreas periféricas, à margem da cidade formal que se constituía.

Embora já existissem grandes cidades em períodos anteriores (Maricato, 2021;

Bonduki, 2015), é a partir do início do século XX — especialmente na década de 1930 — que o processo de urbanização brasileira se intensifica, assumindo progressivamente um caráter excludente e segregador. Essa lógica passa a ser reproduzida ao longo das décadas, moldando as cidades atuais, marcadas por contradições estruturais e acentuadas desigualdades. Como resultado desse processo desigual desde sua origem, observa-se a expansão contínua de ocupações informais em áreas periféricas ou à margem dos centros urbanos, frequentemente com a conivência ou tolerância do Estado.

O processo de urbanização no Brasil não ocorreu de maneira homogênea. A ocupação do território e a integração entre as regiões seguiram trajetórias desiguais, com dinâmicas distintas em cada parte do país. Segundo Lima (2021, p. 39), "o processo de industrialização é o indutor do fenômeno da urbanização", e essa industrialização — ou expansão do capitalismo — não avançou de forma uniforme. Cada região passou por esse processo em tempos e condições diferentes. A industrialização, enquanto fenômeno político e econômico, estimulou tanto o surgimento de novas áreas urbanas quanto a intensificação da urbanização em cidades já consolidadas.

A heterogeneidade do processo de urbanização no Brasil resultou em características específicas para cada localidade, com ritmos distintos entre as regiões. Em cada parte do país, esse processo se intensificou em momentos diferentes, influenciado por condições espaciais, sociais e econômicas diversas, muitas vezes relacionadas a dinâmicas locais (Pereira, 2022).

Ao reconhecer essas temporalidades distintas, é possível analisar o caso dos estados da Amazônia, cuja urbanização foi impulsionada por dinâmicas próprias, também atendendo ao processo de industrialização, mas principalmente como fornecedor de matérias primas. A década de 1960 marcou uma etapa decisiva nesse processo, com o início de uma política intervencionista voltada à ocupação e integração da região ao restante do território nacional (Becker, 2015).

Bertha Becker (2015, p. 147) afirma que essa política fazia "parte do processo de organização do espaço vinculado à expansão do capitalismo no Brasil". A autora destaca o papel central do Estado na condução dessa expansão, especialmente por meio da construção de rodovias, que atuaram como elementos-chave da urbanização amazônica. Essas vias viabilizaram o deslocamento de trabalhadores oriundos de outras regiões e o escoamento da produção econômica local, inicialmente marcada pelo extrativismo vegetal e pela pecuária.

Além das atividades extrativistas, é preciso considerar que "a Amazônia foi uma região prioritária para a integração nacional nos anos 1965-1985" (Becker, 2010, p. 18). Grandes

projetos implementados posteriormente também estimularam o crescimento urbano (Souza, 2000, apud Satler et al., 2009, p. 11).

O processo de urbanização na Amazônia foi conduzido pela lógica de expansão do capital, especialmente por meio de atividades econômicas extrativistas, e estruturado pelo Estado sob uma perspectiva integracionista e desenvolvimentista (Lima, 2021). Embora tenha ocorrido mais tardiamente em comparação as regiões Sul e Sudeste, esse processo também foi excludente, pois reproduziu padrões de desigualdade e violência já observados em outras regiões do país. Como aponta Anderson Nakano (2012, p. 67), "a apropriação dos solos amazônicos revela os mesmos padrões desiguais que caracterizam a urbanização de outras cidades brasileiras induzidas por forças dos mercados fundiários e imobiliários formais e informais."

Essas análises demonstram que o processo de urbanização no Brasil, embora marcado por temporalidades e dinâmicas regionais distintas, seguiu uma lógica estruturalmente excludente e subordinada aos interesses do capital. A experiência da Amazônia evidencia como projetos estatais de integração territorial reproduziram desigualdades históricas, deslocando populações e promovendo ocupações precárias em nome do desenvolvimento. Compreender essa trajetória permite uma análise mais crítica das políticas habitacionais contemporâneas, como o Programa Minha Casa Minha Vida, cujas contradições — entre inclusão formal e exclusão social — continuam a refletir os mesmos padrões de urbanização desigual herdados do passado.

Habitação Social no Brasil: caminhos, contradições e avanços históricos

A trajetória das políticas de habitação social no Brasil é marcada por avanços pontuais, descontinuidades e fortes relações com os ciclos econômicos e as disputas políticas nacionais. Desde o período imperial até os dias atuais, a moradia popular foi tratada ora como uma responsabilidade estatal, ora como uma demanda relegada ao setor privado ou à própria população (Maricato, 2021).

As primeiras soluções habitacionais urbanas voltadas às camadas populares foram os cortiços e, posteriormente, as vilas operárias. Os cortiços, especialmente nas cidades em processo de industrialização, como São Paulo e Rio de Janeiro, abrigavam trabalhadores em condições precárias, expondo a ausência de políticas públicas estruturadas para o enfrentamento do problema habitacional (Bonduki, 2015). Com o avanço do capitalismo industrial, surgiram

as vilas operárias, uma iniciativa do empresariado para fornecer habitação aos seus trabalhadores, vinculando moradia ao controle da força de trabalho. No entanto, essas experiências foram pontuais e não atenderam à crescente demanda urbana.

Com o Estado Novo e o processo de modernização do país, o tema da habitação ganhou novos contornos. A criação da Fundação Casa Popular (FCP), em 1946, representou a primeira tentativa de institucionalizar a produção de moradias populares com subsídios estatais. Ainda assim, a atuação da FCP foi limitada e insuficiente frente ao crescimento acelerado das cidades (Bonduki, 2015).

A grande virada institucional ocorreu em 1964 com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que estruturou o Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O BNH foi responsável por fomentar a produção habitacional em larga escala, principalmente por meio de parcerias com empreiteiras e instituições financeiras. Apesar de ter ampliado a oferta de moradias, o programa foi criticado por privilegiar a classe média e por não alcançar efetivamente os segmentos de menor renda (Shimbo, 2010).

A crise do BNH, que culminou em sua extinção em 1986, marcou uma fase de descontinuidade das políticas habitacionais. Durante a década de 1990, houve uma retração significativa da atuação do Estado na produção habitacional, com forte influência das diretrizes neoliberais do governo da época. Esse período foi caracterizado pela precarização das soluções habitacionais, com expansão das ocupações informais e ausência de ações estruturadas de moradia (Rolnik, 2015).

Apesar da omissão do Estado nos anos 1990, a Constituição Federal de 1988 reconheceu a moradia como direito social, constituindo um marco jurídico relevante na luta por políticas públicas voltadas à habitação digna. No entanto, a efetivação desse direito foi tardia e enfrentou diversos obstáculos de ordem institucional e orçamentária. Pois não havia vontade e interesse político por parte da gestão neoliberal que se consolidou na década de 90 para encarar a problemática da falta de habitação para a população com menos recursos financeiros.

Um novo ciclo se inicia nos anos 2000, após o resultado das eleições do ano de 2002 no novo Governo foi criado o Ministério das Cidades, em 2003, e houve a retomada da política habitacional em nível federal. Anos depois, ocorreu a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, que marcou uma nova fase na política de habitação popular. O programa buscou atender famílias de baixa renda, com destaque para a Faixa 1, destinada à população com renda mensal de até 1,5 salários mínimos. Embora o PMCMV tenha ampliado significativamente a produção habitacional, o modelo adotado apresentou limitações

relacionadas à localização dos empreendimentos, à padronização das moradias e à ausência de infraestrutura e serviços públicos nas áreas atendidas.

Após esta breve revisão sobre as políticas habitacionais brasileira, abordaremos a seguir as características PMCMV, do ponto de vista da política pública, mas também do benefícios e desafios trazidos aos moradores contemplados com a habitação em tal programa.

Minha Casa Minha Vida: entre o direito à moradia e a lógica de mercado

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009 em um contexto marcado pela necessidade de enfrentamento dos efeitos da crise econômica mundial de 2008 e pela persistência de um elevado déficit habitacional no Brasil. Sua criação respondeu a uma dupla demanda: estimular a economia nacional por meio do setor da construção civil e ampliar o acesso à moradia para famílias de baixa renda, especialmente aquelas da Faixa 1, com renda de até três salários mínimos.

O programa passou a incorporar subsídios expressivos do governo federal, direcionados à produção habitacional voltada às camadas populares, com recursos oriundos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) e do Orçamento Geral da União. Ainda assim, a execução do PMCMV manteve-se alinhada a uma lógica de política habitacional centrada predominantemente na construção de novas unidades, sem uma articulação efetiva com a estrutura urbana preexistente ou com uma visão integrada da cidade.

A estrutura do programa foi dividida em faixas de renda, sendo a Faixa 1 destinada às famílias com menor poder aquisitivo. As demais faixas (2 e 3) atenderam famílias com rendas superiores, com menor volume de subsídios e maior dependência de financiamento. A participação do setor privado foi central em todas as etapas: da seleção dos terrenos à construção dos empreendimentos, com pouca interferência dos beneficiários ou dos municípios.

No entanto, o PMCMV acumulou diversas críticas ao longo dos anos. Os empreendimentos foram frequentemente implantados em áreas periféricas, com infraestrutura precária, afastadas dos centros urbanos e desprovidas de equipamentos públicos essenciais, como escolas, unidades de saúde e transporte coletivo. Essa escolha espacial seguiu a lógica do menor custo fundiário, favorecendo os interesses de construtoras e empreiteiras, mas resultando em exclusão e segregação socioespacial para os moradores.

Com isso, consolidou-se o modelo da chamada "habitação social de mercado",

expressão cunhada por Shimbo (2010), para descrever a fusão entre políticas públicas de habitação e os interesses do setor imobiliário. Nesse modelo, o lucro das empresas executoras passou a prevalecer sobre a efetividade social da política, com moradias muitas vezes padronizadas, de baixa qualidade e desarticuladas da malha urbana.

Apesar das limitações estruturais e das críticas à qualidade urbanística dos empreendimentos, o PMCMV foi bem recebido pela população, sobretudo por dialogar com o imaginário social em torno da casa própria. Essa dimensão simbólica, associada à elevada produção habitacional, consolidou o programa como a principal política de moradia do Brasil no século XXI.

O que pode ser evidenciado através dos relatos das entrevistas realizadas nos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa-1. Essas entrevistas revelam não apenas os problemas estruturais enfrentados pelos moradores, mas também a ausência de equipamentos públicos essenciais, como escolas, postos de saúde e áreas de lazer.

Segundo a entrevistada Claudineia (nome fictício), de 64 anos, residente no município de Maringá- PR, moradora do Distrito de Floriano, Residencial do faixa-1 do PMCMV, ao ser questionada sobre a importância do Programa, trouxe importante reflexão sobre a implantação desses empreendimentos sem a infraestrutura de serviços para os moradores, nesse sentido:

> [...] eu penso assim quando vai se fazer um conjunto de casa própria, essas coisas, já tem que entrar essa medida de proteção de segurança, não adianta só ir lá e fazer um monte de casa, colocar um monte de gente lá para morar. Então fica difícil... aí depois que você vai correr atrás de segurança, depois você vai atrás de creche, depois você vai atrás de escola, depois você vai atrás de transporte. Acho que teria que ter já um... uma estrutura baseada nisso, olha, isso aqui vai ser assim, mas já vai ter tudo, é perto do postinho, perto de alguma coisa, de uma creche, uma escola, então não adianta só fazer. Ajuda? Lógico! Muita gente que paga aluguel, não tem condições, está em situação precária, porém seria necessário implementar todos esses requisitos que eu te falei.

O relato acima escancara uma das principais críticas feitas em relação ao PMCMV, de que não há um trabalho integrado entre a União (responsável pela construção dos residenciais) com os outros Entes Federativos (Estado e municípios) restando para esses dois últimos a responsabilidade pela instalação dessa infraestrutura, conforme aponta Escotesguy (2019, p. 82):

> O PMCMV não destina verbas para a construção de equipamentos públicos ao redor do empreendimento, deixando a cargo dos municípios tal garantia, aumentando a demanda de investimentos em transporte público, por conta do

> aumento das redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e rede viária e, na maioria dos casos, também necessitando de novos equipamentos de educação, saúde e assistência. Porém, na prática, os municípios acabam utilizando a rede de serviços já existentes nas regiões onde são alocados os empreendimentos, resultando em uma superlotação na rede.

Além dos problemas estruturais, outro ponto crítico identificado nas entrevistas é a questão da integração dos residenciais com o restante da cidade, já que, em muitos casos, os empreendimentos do PMCMV Faixa-1 foram construídos em áreas distantes dos centros urbanos e com acesso limitado a serviços essenciais como escolas, postos de saúde e transporte público, o que resulta em dificuldades significativas para os moradores. Estes enfrentam longas distâncias para acessar serviços básicos e oportunidades de emprego, além de que o isolamento geográfico contribui para a segregação social, agravando ainda mais as desigualdades existentes.

Os padrões observados nas entrevistas realizadas nos sete municípios indicam que a maior parte dos problemas enfrentados não são isolados, mas sim reflexo de uma estratégia de implantação que privilegia a redução de custos de construção em detrimento do bem-estar dos moradores e da inserção urbana.

Essa abordagem não apenas compromete os objetivos de inclusão social do programa, mas também sobrecarrega os governos locais, que precisam investir em infraestrutura e serviços para atender às novas demandas populacionais. Ficando evidente que a mera construção de unidades habitacionais não é suficiente para resolver o problema habitacional, sendo necessário um planejamento mais cuidadoso que considere a qualidade dos empreendimentos e sua integração com a cidade.

Convém destacar ainda, que para muitos beneficiários, o simbolismo por trás da oportunidade de ter uma casa própria, para muitos deles ser “contemplado” com uma moradia pelo PMCMV não só melhora suas condições materiais, mas também proporciona um profundo impacto emocional e psicológico, reforçando o sentimento de gratidão e realização pessoal. Nesse sentido, destacamos o relato da Sra. Marivânia (nome fictício), moradora do Residencial Mossoró 2, Residente em Mossoró - RN, ao ser perguntada sobre que significava ter sido beneficiada pelo PMCMV e ter conseguido uma casa:

> Tem hora que eu fico imaginando, eu morava em uma casa de aluguel toda deteriorada, correndo perigo [voz de choro], tinha um marginal que morava perto de mim e ele me assediava, bem dizer de dia e de noite. Hoje em dia Deus me colocou em um lugar desse, tranquilo, que eu saio, passo o final de semana fora e quando eu chego está tudo no devido lugar, ninguém mexe, nunca nem ninguém bateu na minha porta, e também a segurança que eu tenho

> aqui, dos porteiros, do zelador. Graças a Deus o respeito, que é o maior de tudo, a tranquilidade, a pessoa chegar, abrir o portão, trancar o portão, abrir sua casa e ficar à vontade, tudo no devido lugar, tudo direitinho, tudo arrumadinho, tudo limpinho, é uma coisa que dá para a gente se emocionar mesmo. Eu choro não só na frente de vocês, eu também choro lá em casa conversando com Deus, eu digo "Meus Deus, como é que pode um negócio desse, eu mereço um negócio desse?"

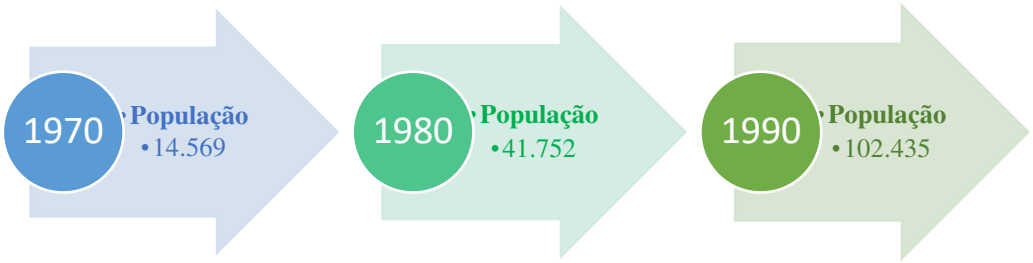
A análise dessas entrevistas revela um padrão de problemas que se repete em diferentes contextos urbanos, destacando a necessidade de uma revisão das políticas de habitação social para garantir que os objetivos de redução do déficit habitacional sejam alcançados de maneira sustentável e inclusiva. Mas ainda assim, mostra um elevado grau de aceitação do programa por parte dos beneficiários, que mesmo enfrentando dificuldades inacreditáveis, ainda estão bastante satisfeitas de estarem habitando em uma casa que é própria.

Minha Casa Minha Vida em Marabá: entre a política pública e a realidade urbana amazônica

O município de Marabá, localizado no sudeste do Pará, vivenciou entre as décadas de 1970 até as primeiras décadas dos anos 2000, um processo de urbanização acelerado, influenciado pela instalação de grandes projetos de mineração e infraestrutura, como a Estrada de Ferro Carajás e os empreendimentos da Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale SA). Essa dinâmica econômica alterou a configuração urbana da cidade, resultando em crescimento populacional rápido, sobrecarga nos serviços públicos e aumento da demanda por moradia, sobretudo entre as populações de baixa renda.

Segundo Souza (2015) a população urbana de Marabá sextuplicou entre as décadas de 70 e 90, o relatório ambiental urbano realizado em parceria com as Nações Unidas, GEO Marabá (2010), que também expõe as principais questões urbanas e ambientais do município de Marabá, destacou principalmente a evolução populacional do município de Marabá durante os Governos Militares e instalação dos grandes projetos de mineração. Com base nos dados fornecidos pelo IPEA e organizados por Souza (2015), pode-se verificar o intenso crescimento populacional no período:

Figura 1 - Evolução da população urbana de Marabá ao longo de 03 décadas

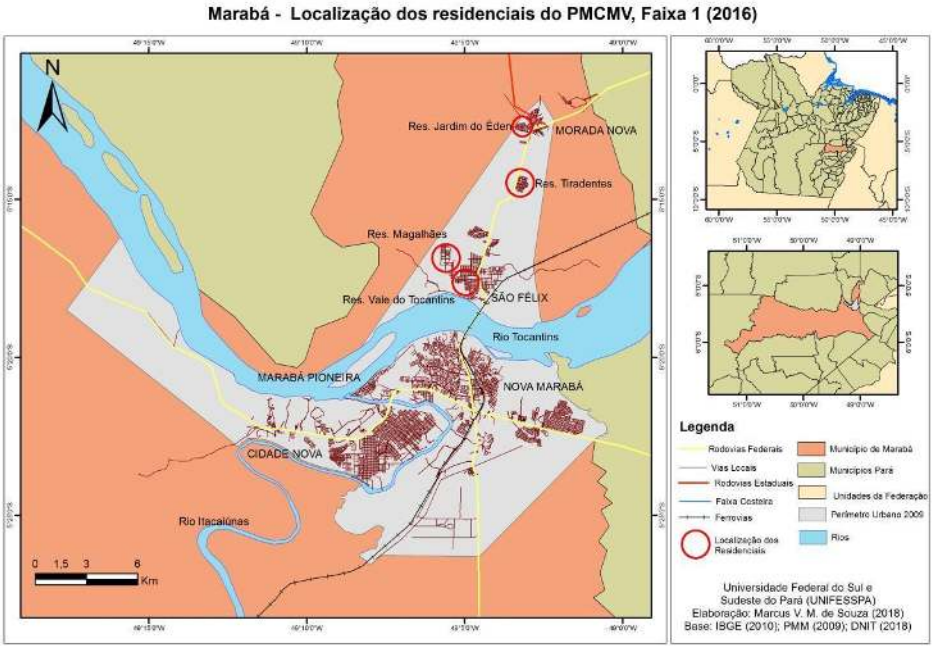


Fonte: Souza (2015). Org.: Os autores (2025)

Nesse contexto, a implementação do (PMCMV em Marabá concentrou-se nos residenciais voltados à Faixa 1, cujos beneficiários são, majoritariamente, trabalhadores informais, migrantes e famílias em situação de vulnerabilidade social. Os empreendimentos foram construídos em áreas periféricas, distantes do centro da cidade e com pouca articulação com o tecido urbano consolidado. A trajetória das políticas habitacionais analisada ao longo do texto dialoga diretamente com os problemas enfrentados por moradores dos residenciais da Faixa 1 em Marabá, revelando como as soluções oferecidas pelo Estado continuam reproduzindo desigualdades urbanas e desafios estruturais de integração territorial e social.

A construção dos residenciais do PMCMV em Marabá, se concentrou nos núcleos urbanos de São Félix e Morada Nova e apesar de ter contribuído para a redução quantitativa do déficit habitacional, não escapou da lógica reproduzida em outros municípios.

Figura 2 – Localização dos residenciais Faixa 1 do PMCMV em Marabá



Fonte: Souza e Leite (2018)

As principais críticas aos conjuntos habitacionais dizem respeito à precariedade da infraestrutura, à deterioração precoce das unidades habitacionais e à ausência de serviços públicos de qualidade nos arredores. Problemas como falta de saneamento adequado, deficiência no transporte público, carência de equipamentos comunitários e baixa conectividade com outras regiões da cidade são frequentemente relatados por seus moradores.

Sobre a falta de serviços nos Residenciais construídos para atender a faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá, Souza e Leite (2018)

realizaram levantamento de campo no ano de 2016, especificamente sobre os Residenciais Jardim do Éden e Tiradentes, e a título de exemplo apontaram a falta de equipamentos públicos coletivos nesses dois locais, destacando que:

[4] Segundo Silva (2024, p.17): A ocorrência dos conjuntos PMCMV nesta periferia, são associados à ineficiência/inexistência da infraestrutura básica, do distanciamento da área de consumo e dos serviços e da limitação da mobilidade (como o transporte público), com rebatimento no usufruto da cidade.:

> Com relação à inserção urbana, um fator fundamental é a acessibilidade dos moradores dos bairros aos equipamentos e serviços públicos de consumo coletivo. Nesse sentido, os conjuntos habitacionais apresentam graves problemas devido à ausência de tais equipamentos. Atualmente, o único equipamento público existente é uma Creche no Residencial Tiradentes. Escolas e postos de saúde são inexistentes, o que torna necessário o deslocamento a outros bairros. Esta situação se agrava com a precariedade na prestação do serviço público de transporte, segundo alegação dos moradores (Souza; Leite, 2018, p. 72)

Essa falta de infraestrutura social e de comércio, não apenas dificulta a vida cotidiana, mas também contribui para a segregação socioespacial, uma vez que os moradores desses residenciais se sentem isolados do restante da cidade, tanto física quanto socialmente.

Ainda assim, muitos beneficiários demonstram satisfação com a posse da casa própria, principalmente por se tratar de um bem que garante maior estabilidade residencial e segurança jurídica. No entanto, essa satisfação convive com críticas contundentes à localização dos empreendimentos, à baixa qualidade da construção e à dificuldade de integração com o restante da cidade.

Segundo relato do entrevistado Antônio Carlos, de 28 anos, residente no município de Marabá, morador do Residencial Tiradentes, Residencial do Faixa-1 do PMCMV, ao ser perguntado sobre a infraestrutura e serviços disponíveis aos moradores do residencial, informou que:

> A gente tem aqui somente creche, não temos outro: não temos posto de saúde, a gente não tem escola, tem um ônibus que leva os alunos todo dia, de manhã, tarde e noite, e tem os horários pela manhã que ele vem e pega dependendo da quantidade de alunos que precisa naquele momento, mas a gente não tem escola. O único serviço que a gente tem é a creche. [...] A gente só tem a creche mesmo, e o ônibus escolar, questão de saneamento é precária. Eu acho que não usam um planejamento muito bem deles, a gente tem até uma estação de tratamento, mas é só aquele esquema lá, só cercado, as caixas lá para implantar, mas a água, o esgoto não é tratado. O esgoto da gente escoa para o riozinho que passa na matinha que fica atrás do Tiradentes.

Esse cenário reforça as contradições do modelo habitacional adotado e a necessidade de políticas públicas que considerem a moradia como parte de um projeto urbano mais amplo, integrador e equitativo.

Outro ponto a ser destacado, e que confirma que a localização dos residenciais contribui para a manutenção ou acentuação da desigualdade existente nas localidades como Marabá, é o fato de que a maioria destes residenciais por serem implementados em locais muitas vezes distantes e isolados, acaba influenciando na hora da contratação. Para exemplificar tal situação, Souza e Ferreira Júnior (2022) afirmam que um morador que resida no Residencial

Tiradentes e tenha um posto de serviço no núcleo Marabá Pioneira percorreria 44km/dia somente para trabalhar.

A dificuldade para se deslocar até o local de trabalho como fator decisivo no momento da contratação, pode ser constatada através do relato da Sra. Rosana, professora de 32 anos, residente no município de Marabá, moradora do Residencial Vale do Tocantins, Residencial do Faixa-1 do PMCMV, que utiliza o transporte público para se deslocar até as duas escolas que trabalha e estão localizadas no Bairro Novo Horizonte, no núcleo Cidade Nova, ao narrar sua rotina de trabalho, relatou suas dificuldades:

> [...] Então, como eu não tenho moto, não tenho carro, uso transporte público, o ônibus, ou táxi lotação, que tem na cidade, e por coincidência em umas das escolas trabalha um amigo meu que mora no mesmo bairro que eu, não aqui no residencial, mas no São Felix, que faz parte. Então, eu acordo, acordava pra ir 5:30 as 6:00, pra me encontrar com ele lá na beira da pista antes das 7 da manhã, porque existe um percurso que a gente anda a pé na BR, tem um ônibus que passa aqui dentro, só que não coincidia com o meu horário.
> [...] eu ia me atrasar, devido a ser longe, e... eu fazia esse percurso, saía aqui de casa as 6:30, 6:40, pegava a moto com ele lá na pista 10 pras 7 e ele me deixava lá na escola. Na volta, eu só voltava as 6 da tarde. Voltava, eu pegava um táxi lotação pra poder pegar um ônibus, pra poder chegar aqui, porque do bairro que está essa escola, na época não tinha o ônibus direto.

A distância dos residenciais do PMCMV dos locais de trabalho dos moradores é um fator significativo que afeta negativamente a rotina de seus residentes, no caso da Sra. Rosana, do relato acima, a professora e moradora do Residencial Vale do Tocantins, existe uma dependência de uma "carona" com um colega de serviço, já que há uma incompatibilidade de horários entre transporte público e seu horário de trabalho, e uso táxi lotação diariamente se tornaria muito oneroso, ficando claro que a distância impõe desafios logísticos e financeiros aos moradores. Além disso, a necessidade de acordar muito cedo para se deslocar e a longa jornada de retorno após o trabalho evidenciam o impacto dessa situação no bem-estar dos moradores.

O ponto central do presente trabalho envolve a satisfação dos moradores com o fato de terem sido beneficiados com unidades habitacionais dos residenciais do PMCMV, que embora enfrentem todas as dificuldades apontadas, apresentamos a seguir percepção dos moradores dos residenciais do PMCMV em Marabá quanto à satisfação com seus imóveis. Quanto a satisfação dos moradores dos residenciais do PMCMV, Lima et al (2015, p. 387) destaca que:

> [...] é surpreendente também o alto grau de satisfação dos moradores entrevistados com o fato de terem conseguido a "casa própria", enquanto uma condição positiva de segurança social e de possibilidade de sair de situações

> de extrema precariedade, de alto comprometimento da renda familiar com o aluguel ou mesmo de coabitação forçada.

Mesmo com todos os problemas vivenciados pelos moradores dos residenciais, há um surpreendente grau de satisfação entre os beneficiários dos Residenciais de Marabá, idêntico ao verificado nas outras cidades analisadas. Também em Marabá, os moradores residenciais os moradores consideram o fato de serem beneficiados pelo PMCMV – Faixa 1, como uma benção, principalmente devido ao alto custo que um aluguel representa ou ainda a situação de sua moradia anterior.

No relato do Sr. Antônio Carlos (nome fictício), de 28 anos, residente no município de Marabá - PA, morador do Residencial Tiradentes, Residencial do Faixa-1 do PMCMV, ao descrever sua trajetória, apontam como isso foi significativo para ele e sua família:

> Ave Maria, foi muito bom! A minha mãe sempre... Porque assim, a minha mãe ficou no acampamento do MST por muitos anos na Fazenda Cabaceiras, só que ela saiu um pouco antes de ser dividida a terra. Por quê? Conflito dela com pessoas lá, intrigas, coisas de vizinhos, fofocas, essas coisas, aí ela se revoltou e foi embora de lá, e aí pouco depois foi dividido a terra. Até hoje ela se arrepende disso. A gente não ganhou a terra lá, a terra que ela mora é do marido dela, entendeu?
> [...]
> E aí como a gente não tinha uma residência, a gente não tinha uma terra. Ela ficou lá, perdeu o tempo dela, quase dez anos lá, aí a gente veio para cá, para a rua, sem nenhuma perspectiva, sabe? Sem emprego, vivendo só do Bolsa Família, entendeu? Aí quando a gente chegou aqui ela foi trabalhar de doméstica nas casa para sustentar os filhos. E quando ela conseguiu foi uma benção, entendeu?

Fica evidente que, apesar dos inúmeros problemas estruturais enfrentados nos residenciais do PMCMV em Marabá, os moradores demonstram uma satisfação notável com o fato de terem adquirido uma casa própria, independente da qualidade de suas habitações.

Esta satisfação não é exclusiva dos moradores dos residenciais de Marabá, mas também é observada em outras cidades analisadas, indicando um padrão de aceitação positiva do programa entre os beneficiários, em razão de conseguir um imóvel próprio representa a realização de um sonho ou ter alcançado uma benção. Os relatos dos moradores revelam que muitos moradores consideram o fato de possuir um imóvel próprio, independentemente das adversidades do local, como uma bênção. Este sentimento é amplificado pela percepção de segurança financeira, uma vez que a posse de uma casa própria os livra do ônus do aluguel, permitindo-lhes investir em outros aspectos de suas vidas.

As entrevistas realizadas com moradores dos empreendimentos da Faixa 1 do

PMCMV revelam uma percepção ambígua em relação aos residenciais. De um lado, há um sentimento de gratidão e conquista, principalmente pela posse da casa própria, que representa segurança e estabilidade para famílias que historicamente viveram em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, existem críticas consistentes em relação à localização dos empreendimentos e as deficiências na infraestrutura urbana disponível.

Entre os problemas mais recorrentes identificados nas entrevistas, estão a ausência ou precariedade de equipamentos públicos como escolas, postos de saúde e áreas de lazer, a dificuldade de acesso ao transporte público e à malha viária que conecte os residenciais ao restante da cidade. Os relatos também apontam para a baixa qualidade construtiva das unidades habitacionais e a deterioração precoce das edificações.

No entanto, os mesmos depoimentos dos beneficiários também ressaltam a importância do discurso da casa própria como um fator de aceitação do programa, apesar das deficiências estruturais e a falta de serviços públicos adequados nos residenciais. Conforme destacado por Escosteguy (2019), a realização do sonho de ter um imóvel próprio é um dos principais fatores que contribuem para a alta aceitação do PMCMV entre os beneficiários.

Mesmo enfrentando problemas, a gratidão e a satisfação dos moradores demonstram que o programa tem um impacto positivo significativo na vida das pessoas, especialmente aquelas de baixa renda que anteriormente não teriam acesso a uma habitação própria. Esta percepção positiva sugere que, para muitos, mesmo com todos os problemas e adversidades enfrentados, ainda que o PMCMV faixa-1 não apenas atenda com plenitude a uma necessidade básica de uma moradia digna, também simboliza uma conquista pessoal, uma benção divina e um passo importante para uma vida mais digna.

A comparação com os dados obtidos em outras cidades pesquisadas durante a execução do projeto FRAGURB demonstra que os padrões de satisfação e insatisfação se repetem. Moradores de diferentes regiões do país compartilham avaliações semelhantes quanto à importância da conquista da moradia, mas também registram críticas quanto à falta de infraestrutura, isolamento geográfico e pouca participação no processo de elaboração dos empreendimentos.

Do ponto de vista da redução do déficit habitacional em Marabá, o programa contribuiu significativamente ao disponibilizar um grande número de moradias para a população de baixa renda. No entanto, a lógica adotada pelo PMCMV não enfrentou os desafios da segregação socioespacial, reproduzindo padrões de exclusão e distanciamento dos centros urbanos e das áreas economicamente dinâmicas.

Esses resultados reforçam a necessidade de políticas habitacionais mais integradas à malha urbana, com planejamento territorial sensível às demandas sociais e à qualidade de vida dos moradores. O PMCMV, ao adotar uma lógica centrada na produção em massa e na redução de custos, acabou por negligenciar aspectos fundamentais para a constituição de um espaço urbano justo e inclusivo.

Considerações finais

A análise do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com foco na percepção e experiência dos beneficiários da cidade de Marabá (PA) em comparação com os beneficiários de outras cidades pesquisas pelo programa FRAGURB, evidencia os avanços na ampliação do acesso à moradia para famílias de baixa renda, mas também revela limitações relevantes. O programa contribuiu para a redução parcial do déficit habitacional no país e possibilitou que milhares de pessoas realizassem o sonho da casa própria. No entanto, sua implementação, orientada por critérios de menor custo e fortemente influenciada pela atuação do setor privado, resultou em empreendimentos pouco articulados ao tecido urbano, com infraestrutura precária e distantes dos centros econômicos e sociais.

Destaca-se ainda, que análise da satisfação dos beneficiários do PMCMV em Marabá, e nas outras sete cidades pesquisadas, revelou que, apesar dos desafios e limitações enfrentados, os beneficiários demonstram uma surpreendente satisfação com as moradias, mesmo reconhecendo e manifestando sua insatisfação quanto aos problemas de infraestrutura presentes nos residenciais e as dificuldades enfrentadas por residirem nessas localidades. Essa percepção positiva é atribuída principalmente ao alívio do ônus do aluguel, às melhores condições em relação a suas residências anteriores e a segurança proporcionada pela aquisição da casa própria através do PMCMV, frequentemente vista como uma verdadeira benção.

As entrevistas realizadas também revelaram que, apesar de o PMCMV ter contribuído significativamente para a redução do déficit habitacional, persistem alguns problemas que afetam diretamente a eficácia do programa. Dentre eles, destacam-se a localização dos empreendimentos, quase sempre localizados em áreas distantes da cidade; a infraestrutura inadequada e insuficiente dos residenciais, quase nunca servidos com equipamentos públicos básicos (Escolas, hospitais, creches); e as dificuldades com a mobilidade urbana, a falta de transporte público adequado e em quantidade suficiente, compromete a integração dos moradores dos residenciais com o restante da cidade.

Dessa forma, através dos relatos contidos nas entrevistas realizadas em diferentes cidades, a ficou evidente que é necessário que as políticas habitacionais sejam mais adaptadas às realidades locais, sendo consideradas não apenas a construção de moradias, mas também a integração dessas áreas ao restante da cidade para garantir mais inclusão e justiça social aos moradores.

Os dados levantados indicam a urgência de revisar as políticas habitacionais com foco na inclusão e na adequação às realidades locais. Demonstrando que é necessário que essas políticas considerem as especificidades regionais, a vocação urbana de cada cidade e, sobretudo, promovam a participação ativa da população no planejamento, na execução e na gestão dos empreendimentos, afinal uma política pública atender ao interesse público e não interesses diversos, e somente com políticas habitacionais mais democráticas, articuladas e alinhadas às condições concretas dos territórios será possível para enfrentar os desafios históricos da segregação socioespacial e garantir o direito à cidade de maneira plena e equitativa.

Referências

BECKER, Bertha; VIEIRA, Ima Celia Guimarães (org.). *As Amazônias de Bertha K. Becker*: ensaios sobre a geografia e a sociedade na região amazônica. vol. 1. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Bertha. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*. Belém, v.5, n.1, p. 17-23, jan-abr. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/d4vc5x595k5mJZfnMNNPKTs/?lang=pt. Acesso em 10 jun. 2023.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2015.

CARDOSO, Adalto Lúcio et al. Habitação social, reforma urbana e direito à cidade: desafios e alternativas. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). *Reforma Urbana e Direito à Cidade*. Rio de Janeiro. Letra Capital Editora, 2022, p. 57-81.

ESCOSTEGUY, Camila Leite. *Minha Casa, Minha Vida?* A construção do sonho da casa própria nas políticas habitacionais e produção de subjetividade. 107f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

GÓES, Eda Maria et al. Entrevistas com citadinos: perspectivas para a análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária. In: GÓES, Eda Maria; MELAZZO, Everaldo Santos.

(Org.). *Metodologia de pesquisa em estudos urbanos*: procedimentos, instrumentos e operacionalização. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, p. 71-122.

HARVEY, David. "The Right to the City", *New Left Review*, v.2, n.53, 2008.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

LIMA, Aline Tarcila De Oliveira. *A Organização de Lideranças Sociais no Enfretamento da Inadequação Infraestrutural em Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá*: Análise do Residencial Vale do Tocantins. 150f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2021.

LIMA, José Julio et al. Estratégias de produção habitacional de interesse social através do PMCMC na região metropolitana de Belém e no sudeste do Pará. In: AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lucia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (org.). *Minha casa... e a cidade?* Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Cap.13, p.353-390. (Coleção Metrópoles Teses & Dissertações). Disponível em: http://livroaberto.ufpa.ufpa.br/jspui/handle/prefix/549. Acesso em: 01 set 2023.

MARICATO, Ermínia. *Para Entender a Crise Urbana*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades*: alternativas para crise urbana. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

MARQUES DE OLIVEIRA, Daiana Aparecida. Discurso e Planejamento Urbano no Brasil**.** In: *Revista Geográfica De América Central*, *2*(47E). II Semestre 2011. Costa Rica. Disponível em: https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2213. Acesso em: 10 de out. 2022. p. 1-15.

NAKANO, Yukiko. A questão fundiária na Amazônia: conflitos e regularização. In: SOUZA, Marcelo Lopes. *Território e luta*: geografia urbana crítica. São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Crise, Urbanização Contemporânea e a Reprodução do Capital no Setor Imobiliário. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. RIZEK, Cibele Saliba (Org.). *Direito à cidade e direito* à vida: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022. p.72-98.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares*: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015

SATLER, Rosana et al. *Dinâmicas territoriais e planejamento urbano na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação Social, Habitação de Mercado*: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.

SILVA, Cleiton Ferreira da. A fragmentação socioespacial em cidades médias brasileiras: tendências e perspectivas da nova condição urbana. *Geo UERJ*, [S. l.], n. 44, p. e72496, 2024. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/72496 . Acesso em: 11 jul. 2024

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. *O projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá (PA)*: a cidade-mercadoria e as desigualdades socioespaciais. 297f. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de; FERREIRA JÚNIOR, Dionel Barbosa. *A precarização do habitar e a financeirização do habitat*: análise sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá (PA). Confins, n. 48, 30 set. 2020.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de; FERREIRA JÚNIOR, Dionel Barbosa. O Programa Minha Casa Minha Vida à luz do habitar e do habitat: uma análise a partir de Marabá e Parauapebas, Pará. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; MAIA, Doralice Sátyro; SPINELLI, Juçara (Orgs.). *Desigualdades socioespaciais, dinâmica imobiliária e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. p. 247-282.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de; LEITE, Myrelly Llays Rodrigues. Impactos do programa Minha Casa Minha Vida em Marabá (PA): desigualdades socioespaciais nos conjuntos habitacionais Jardim do Éden e Tiradentes**.** *InterEspaço*: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, v. 4, n. 12, p. 65-83, jun. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329668477_IMPACTOS_DO_PROGRAMA_MINHA_CASA_MINHA_VIDA_EM_MARABA_PA_desigualdades_socioespaciais_nos_conjuntos_habitacionais_Jardim_do_Eden_e_Tiradentes. Acesso em: 26 jun. 2023.

SPOSITO, Maria E. B. (org.). *Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos*. Projeto de pesquisa. Presidente Prudente, 2018.

UN-HABITAT. *Perspectivas para o Meio Ambiente Urbano. GEO Marabá*. Nairobi: UN-Habitat, 2010. Disponível em: https://unhabitat.org/perspectivas-para-o-meio-ambiente-urbano-geo-maraba. Acesso em: 29 maio 2024.